



# Anais da Assembléia

Nº 002

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVII

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DOS  
TRABALHOS DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DECIMA SEGUNDA LEGISLATURA.

REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvahio, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Osvaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço, presentes ainda inúmeras autoridades Cíveis e Militares, Eclesiásticas, Corpo Consular e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão e instalado o 1º período de Sessões da 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 12.<sup>a</sup> Legislatura.

Para acompanhar até a este recinto Suas Exas. os Senhores Roberto Requião de Mello e Silva - Digníssimo Governador do Estado e o Desembargador Luiz Renato Pedroso - Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça designo uma Comissão composta pelos Senhores Deputados: Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Valdir Rossoni, Lourenço Fregonese e Emília Belinati para introduzirem no Plenário os nossos convidados.

Está suspensa a Sessão por 5 minutos.

Está reaberta a sessão.

Anunciamos a composição da Mesa:

Dr. Roberto Requião, Governador do Paraná.

Desembargador Luiz Renato Pedroso,

Presidente do Tribunal de Justiça.

Exmo. Senhor Mário Pereira, Vice-Governador.

Prefeito Jaime Lerner.

Dr. Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas.

Deputado João Arruda, Primeiro Secretário.

Deputado Ademar Traiano, Segundo Secretário.

Na presente sessão o Senhor Governador do Estado lerá a mensagem dando conta da situação e plano de Governo conforme determina o inciso 10, artigo 87, da Constituição Estadual.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(E Executado o Hino Nacional).

Ao declarar instalados os trabalhos da segunda Sessão Legislativa da décima segunda Legislatura desejo assinalar a Vossas Excelências que, em 1991, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, funcionando sob o regime de rigorosa austeridade, conseguiu ser a mais produtiva do Brasil, examinando sem tempo oportuno as propostas de legislação a ela encaminhadas seja pelo Poder Executivo, seja por seus membros.

Além disso alargou a base de audiência da sociedade, recebendo neste plenário os representantes de entidades para expor seus problemas e apresentar as soluções que julgassem pertinentes. Atuando dessa forma, o Poder Legislativo Estadual, no exercício de sua tríplice função de representante da opinião, fiscalização do sistema de Governo e elaboração das leis, guarda a mais pura proximidade com a soberania do povo; é do conjunto de eleitores que formam a cidadania que o Parlamentar deriva seu mandato e sua autoridade, "A Autoridade Mágica das Urnas" de que falava Ulrich Scheuner. Autoridade do Legislador, que não é solitária. Ela se entrelaça com o Executivo e o Judiciário na distinção clássica dos poderes, numa convivência harmônica e independente.

E que a liberdade política está subordinada a uma certa disposição das coisas entre as forças concretas existentes. Freios recíprocos, encadeamento mútuo.

Todavia, a História tem demonstrado que em muitas oportunidades a independência recíproca dos poderes do Estado dá origem não só a divergências como a situações de impasse entre eles.

Já nas "Considerações", o autor do "Espírito das Leis" - para explicar que o poder será sempre limitado por algum ângulo - enunciava com penetração: "Existe em cada Nação uma vontade geral, sobre a qual o próprio poder se alicerça; quando este se choca com essa vontade choca-se consigo mesmo e é necessariamente sustado".

Os Deputados Estaduais paranaenses, em 137 anos de história desta Assembléia, têm reiteradamente manifestado sua crença em que o que acentua e eleva a função legislativa à categoria de poder, é o exercício da liberdade política. É a prerrogativa de realizar o bem comum.

Com suas características de moderação e harmonia entre os três Poderes, o Paraná se apresenta como uma ilha de estabilidade político-administrativa - um verdadeiro modelo de convivência democrática dentro da federação brasileira.

Essa convivência não se opera sem divergências, como é natural nos empreendimentos sujeitos à imperfeição humana. Nem sempre cada um dos Poderes se vê inteiramente satisfeito em seus pleitos; mas essa relativa insatisfação é a maior garantia da satisfação do conjunto, compondo uma admirável síntese que marca a dinâmica de nossa forma de organização constitucional.

A diferença do que exibem outros Estados - onde os conflitos entre os executivos e as assembléias se mostram agudos, gerando impasses que afetam a administração e o povo - devo dizer a Vossas Excelências que o Governador Roberto Requião e o Desembargador Luiz Renato Pedroso muito têm contribuído para que o Paraná se destaque no País pela harmonia.

Posso proclamar a Vossas Excelências que os Deputados Estaduais paranaenses também têm perseverado com esse objetivo incluindo entre as suas preferências a função legislativa exercida segundo a moderação, pois assim procedendo faremos com afeição.

Senhoras e Senhores.

Vamos iniciar os trabalhos desta segunda Sessão Legislativa da décima Segunda Legislatura coincidindo com a ocorrência de importantes fatos que refletirão na vida de todos os povos: o fim da bipolaridade mundial e o surgimento de novas Nações, cujas populações estão ansiosas por uma existência melhor.

A perspectiva mundial é animadora.

Há paz e trabalho. Mas, em nosso País, perdura um resistente e crescente processo inflacionário, mergulhando os brasileiros numa das mais agudas crises econômicas de nossa história.

Vivemos massacrados pela inflação, submetidos a duras penas à recessão e empurrados no caminho da depressão.

A taxa de desemprego é crescente nas

cidades e nos campos.

O desemprego industrial já está acima dos dez por cento, quando comparado com a taxa do ano passado.

Os preços dispararam. Estamos vivendo recessão com inflação.

É nesse clima que os brasileiros serão chamados às urnas para escolher prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, nos municípios povoados por legiões de desempregados, de crianças abandonadas, de pessoas famintas e de aposentados e pensionistas amargurados por verem suas esperanças de melhores pensões e proventos devoradas pela falência da seguridade social brasileira.

Convergência das angústias e inquietações das chagas sociais, dos desejos e aspirações do povo brasileiro, as casas legislativas deverão ser o centro dos debates sobre as graves questões que nos afligem e o exercício do Governo para estudá-las, encaminhá-las e solucioná-las.

Há um quadro de cores sombrias a desafiar todos os brasileiros.

Com efeito, diante de tantas dificuldades da hora presente, cabe a nós, Deputados, renovar esforços para que juntos possamos atender as expectativas e anseios da população que nos elegeu para representá-la nesta Casa de Leis.

O quadro é desfavorável, mas é possível modificá-lo.

Cabe ao Legislador captar o seu tempo. Sejamos dignos dessa grandiosa tarefa.

Muito obrigado.

É com a máxima satisfação que concedo a palavra ao Senhor Governador, Dr. Roberto Requião, para que proceda à leitura da Mensagem dando conta da situação do Estado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao assumir o Governo do Paraná, dizia ser confortável Governar esta que é a sociedade mais organizada do País, porque formada por homens e mulheres afeitos ao trabalho, dotados de agudo senso crítico e de apurada noção de equilíbrio.

Passado quase um ano, minha convicção permanece a mesma.

Em meio às turbulências que agitam a vida nacional, com o agravamento da recessão e das dificuldades, o Paraná não se deixa vencer pelo desânimo, tendo a coragem de olhar a crise de frente e de implementar respostas criativas e ousadas.

Não somos a ilha de bonança em meio à tempestade, pois isto seria negar nosso enraizamento na sociedade brasileira. Mas, sem dúvida, somos um Estado onde se ensaiam passos concretos para a construção

de um futuro diferente, sinalizando um caminho possível para o Brasil. É neste sentido que temos falado no "milagre chamado Paraná".

E é para falar desse milagre, e para afirmar que o futuro é possível sem passar, necessariamente, pela recessão e pelo desemprego, que venho a esta Casa.

Não estou simplesmente cumprindo uma formalidade em obediência ao preceito constitucional.

Aqui venho movido pela certeza da importância que possui o Poder Legislativo para a solidificação da democracia e para o fortalecimento das bases de uma sociedade cujo valor maior seja o homem.

Ademais, tenho por esta Casa o maior respeito porque nela, ao exercer o mandato conferido pela vontade popular, pude conviver com a pluralidade e as diferenças que fazem a riqueza da vida política; nela aprendi o alcance e os limites do diálogo; nela reconheci a importância de se resistir à incoerência e à opacidade que transformam a política num jogo de interesses subalternos.

Aqui, nos duros tempos do arbítrio, quando fazer oposição implicava riscos concretos, pudemos elevar a nossa voz na defesa dos oprimidos e dos silenciados, da mesma forma como, mais tarde, nos albores da redemocratização, pudemos sugerir caminhos, ratificar desvios e apontar alternativas, sempre fiéis aos ideais de justiça e liberdade que sedimentam a nossa vocação à vida pública.

Ao mesmo tempo, Senhores Deputados, compareço a esta Assembléia Legislativa com a maior alegria.

Lançando um olhar retrospectivo sobre este primeiro ano à frente do Governo do Paraná, posso afirmar, com simplicidade, que apesar das incertezas conjunturais e das falhas inerentes ao ser humano, estamos honrando os compromissos assumidos com os paranaenses. E isto está sendo possível graças ao trabalho dos companheiros de equipe, sem dúvida; mas principalmente, graças ao apoio admirável da população do nosso Estado que acredita ser possível construir um amanhã melhor para nossos filhos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Podemos afirmar, sem risco de errar, que 1991 foi um ano rico em investimentos.

Tanto no campo social, cuja atuação marcamos por uma clara atribuição de prioridades vinculadas às demandas da população. Quanto na área produtiva, cujos investimentos guiam-se por prioridades estratégicas decorrentes de uma visão prospectiva sobre as exigências das gerações futuras, o Estado do Paraná não cessou de investir.

Por outro lado, as práticas democráti-

cas na administração pública, exigindo racionalização, eficácia e permanente avaliação, levaram-nos a dar ênfase a:

1º - Integrar efetivamente os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, orientando-os para fins eminentemente públicos, com eliminação das diversas formas de privatização do setor público, inclusive as de caráter corporativista;

2º - Dar prioridade às atividades tradicionalmente atribuídas ao setor público - Educação, Saúde, Segurança, Saneamento, Habitação, sem descuidar da contribuição necessária do Estado no reaparelhamento do setor produtivo e de sua infra-estrutura;

3º - Implementar uma nova concepção do relacionamento entre estado e municípios, eliminando procedimentos obscuros e práticas clientelísticas, adotando mecanismos geridos por princípios e normas explícitas, a fim de criar uma parceria co-responsável entre as diferentes esferas administrativas.

Apenas as funções educação, saúde e segurança absorveram quase a metade do total dos dispêndios do Poder Executivo. Estes são recursos públicos apropriados como bens e serviços pela população, especialmente a mais carente. Nestas ações não há inaugurações nem placas: são realizações do Poder Público que se incorporam no corpo e no ânimo dos cidadãos.

Ainda outros investimentos, neste ano de 1991, foram direcionados a programas de forte caráter econômico-social, todos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, como o "Panela Cheia", o "Casa da Família", e o "Paraná Rural".

O Programa de apoio à produtividade agrícola, mais conhecido como "Panela Cheia", atende prioritariamente pequenos produtores, possibilitando-lhes acesso a sementes, insumos e assistência técnica, permitindo aumento da produção e da produtividade. A implementação deste programa faz-se, em parte, com recursos a fundo perdido do próprio tesouro estadual e, em parte, mediante financiamento a juros módicos que têm, como parâmetro de equivalência, o valor dos produtos agrícolas. Isto reduz as possibilidades de que as especulações financeiras e de preços funcionem como expropriadoras das terras dos pequenos produtores. Tais medidas, aliadas à redução das alíquotas do ICMS nos produtos da cesta básica, devem fazer com que o alimento chegue em maior quantidade e menor preço à mesa dos paranaenses.

O Programa "Casa da Família", utilizando-se do mutirão assistido tecnicamente e em convênio com as prefeituras, já construiu 10.500 unidades habitacionais neste ano, para atendimento a família com renda inferior a três salários mínimos.

Com isto, sublinhe-se, obtivemos um custo inferior ao das unidades construídas com recursos federais: enquanto as nossas têm um custo de Cr\$ 32 mil o metro quadrado, as unidades construídas pelo Governo Federal saem por Cr\$ 150 mil o metro quadrado. Além disto, é a primeira vez que recursos do tesouro estadual são direcionados para a construção de casas populares prioritariamente nos pequenos e médios municípios, contribuindo para atenuar a migração desordenada para os grandes centros urbanos e elevar a fixação do produtor no meio rural.

Já o Programa "Paraná Rural" foi considerado pela OEA e pela FAO como um programa modelar, servindo de base para experiências semelhantes em diversos países da América Latina e em outros estados brasileiros. Através dele, estamos melhorando, de forma segura, a produção e a produtividade, com a adoção do sistema de manejo integrado em microbacias hidrográficas, com ações decididas de proteção ao solo, com irrigação e drenagem e com novas técnicas de plantio e manejo do solo. Investimos US\$ 64 milhões na agricultura, dos quais US\$ 18 milhões no Paraná Rural, beneficiando 250 mil produtores.

No setor do desenvolvimento urbano, a criatividade tem propiciado uma gama enorme de investimentos. Através do PEDU, comprometemos em 1991 um montante de US\$ 77 milhões, valor que hoje já alcança a cifra de US\$ 100 milhões. Só com a pavimentação asfáltica em áreas urbanas foram cobertos 370 km, o equivalente ao percurso Londrina-Curitiba. Através do PEDU institucional, estamos avançando enormemente na pesquisa de água subterrânea, uma alternativa para a melhoria da qualidade da água consumida pelo paranaense, pois nossa meta é proporcionar, para o Paraná, 100% de cobertura de água tratada. Para isto, precisamos de mais 3 mil quilômetros de rede, sendo que, em 1991, já adquirimos 1,6 mil quilômetros, beneficiando cerca de 350 mil pessoas.

O programa "Água da Pedra", para saneamento das comunidades rurais, já atingiu 400 das 2.500 comunidades que constituem nossa meta para 1995.

O Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba não pode deixar de ser declinado, pois envolve recursos da ordem de 260 milhões de dólares; da mesma forma que deve ser citado o programa de limpeza e dragagem dos rios do litoral que, apenas durante o "Projeto Verão" drenou mais de 100 km de rios.

Por fim, vale dizer que estamos concluindo a segunda etapa das obras do Passaúna, fundamentais para o abastecimento de água de Curitiba e região, realizando, em apenas 8 meses, obras previstas para

dois anos.

A COPEL, responsável pela produção e distribuição de energia elétrica no Estado, tem se destacado a nível nacional, especialmente por demonstrar, na prática, a possibilidade de obras públicas de vulto serem realizadas de forma transparente, eficaz e econômica. A Usina de Segredo está com seu cronograma de obras rigorosamente em dia, avançando para sua inauguração ao final deste ano.

Uma iniciativa inédita e que merece destaque é o programa de pré-venda de energia, idealizado para implementar recursos através da atração do capital privado para o setor energético.

Merecem destaque, igualmente, os programas sociais de eletrificação, como o "Força Rural", com 16.909 ligações contratadas em 93 municípios, e o "Força Comunitária", com 20.635 ligações comercializadas na área urbana, ambos os programas idealizados como soluções destinadas a facilitar o acesso das populações carentes à energia elétrica.

Quanto ao meio ambiente, o ano de 1991 ficou marcado pela iniciativa da "Blitz Ambiental", uma fiscalização inédita que resultou em multas pesadas e interdições, numa clara demonstração de que o Governo entende a importância do desenvolvimento, desde que aliado à proteção do ambiente e ao controle da poluição.

Estamos, além disto, ultimando os estudos para a elaboração de um projeto de lei estadual do meio ambiente, com a criação das áreas de proteção ambientais (APAs) e da política ambiental do Estado, aglutinando num único organismo todas as ações referentes a meio ambiente.

Os projetos das frentes de trabalho para recuperação das matas ciliares, nas Bacias do Tibagi e do Pirapó, bem como o programa "Cidade Limpa", para implantação de aterros sanitários controlados em todos os municípios do Estado, pois hoje apenas 32 municípios paranaenses dispõem de destinação adequada para os dejetos, abrem ampla perspectiva de trabalho para o ano de 1992, inserindo o Paraná, de modo atuante, nas iniciativas ambientais ligadas ao MERCOSUL.

Finalmente, não poderíamos deixar de fazer especial menção aos nossos investimentos na educação.

Afirmar que, até o último dia de governo, estaremos empenhados em investir na educação do Estado, nem que para isto seja preciso paralisar o conjunto das demais obras públicas. Esta não é uma afirmação de efeito meramente retórico, mas retrata a vontade política deste governo de tudo fazer para que o ensino público do Paraná atinja um nível de qualidade compatível com as nossas aspirações e as imposições

decorrentes da revolução técnico-científica ora em curso em escala mundial.

Dependemos, com a função ensino, muito acima do preceito constitucional: em 91, investimos cerca de 34% da receita tributária em educação. Afirmamos que a educação seria compromisso prioritário do nosso Governo.

Pois bem, recuperamos cerca de 1.400 prédios escolares em 263 municípios, totalizando um investimento de US\$ 8 milhões. Estão em andamento a construção e recuperação de mais de 3 mil salas de aula, o que significa um investimento de US\$ 16 milhões. Mas não bastam os investimentos em obras. Somente o envio de material escolar atingiu mais de US\$ 3 milhões. Pretendemos também recuperar a efetiva participação da sociedade civil nas decisões educacionais, através da gestão democrática da escola, da descentralização do controle das atividades e encargos e da revitalização da escola pública através de uma proposta pedagógica histórico-crítica que lhe assegure qualidade e conteúdo.

Senhores Deputados.

Poderia discorrer muito mais sobre cada área do Governo, mostrando o quanto foi feito.

No entanto, apesar deste rápido sumário, pode-se ter uma idéia da veracidade da nossa afirmação inicial: 91 foi um ano rico em investimentos. As informações mais detalhadas estão à disposição dos senhores e de todo o povo do Paraná, tanto nos anexos a esta Mensagem quanto nos relatórios detalhados de cada Secretaria de Estado, já entregues à Presidência desta Casa.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Não posso encerrar esta mensagem sem uma necessária menção à conjuntura nacional.

Apesar da redundância, é preciso voltar a afirmar que vivemos uma crise extremamente grave, mercê da persistência do processo inflacionário combinado com a recessão e o desemprego. Por outro lado, os ensaios de um pacto ou entendimento nacional não têm obtido resultados relevantes, dando impressão até de certo desencanto com relação a medidas que se pretendam milagrosas.

Ao contrário do que muitos pensam, acreditamos que a via da recessão e da contenção salarial não é a mais indicada para superar a crise. Não podemos permanecer à margem do crescimento econômico, pois ele é o caminho para o nosso País, o caminho para romper a inércia que nos paralisa há uma década.

O desenvolvimento é uma política nacional que a sociedade inteira realiza em função do bem comum, ou seja, é uma política que exclui a concentração de renda, o confisco dos salários e a geração de mar-

ginalidade social. Essa política não se faz de forma "natural", obedecendo tão-somente às "Leis do mercado", como querem os neoliberais, mas deve ser conduzida pelo poder público, cuja existência se justifica exatamente por isto.

Quando apresentamos ao País um documento contendo as propostas do Paraná para o Brasil, afirmamos que "a retomada do crescimento é condição para a saída da crise e para a eficácia das políticas de governo". Estabelecemos, neste documento, as linhas gerais de um projeto de crescimento onde o movimento inicial dar-se-ia calcado na articulação entre aumento da produtividade, dos salários e da produção de bens de consumo populares.

A continuação deste movimento, alargando-o para a indústria pesada, pressupõe uma política industrial e tecnológica articulada com o capital produtivo internacional. As propostas do Paraná tiveram repercussão, apesar de irem contra a maré neoliberal e conservadora atual. Pois bem, podemos afirmar hoje, com maior convicção, que nossas propostas continuam mais válidas que nunca. E o exemplo vivo disto é o Paraná.

Temos procurado, na esfera da influência do poder estadual, incentivar o desenvolvimento, amenizar os efeitos do processo recessivo, combater enfim os efeitos da crise. Utilizando o ICMS como instrumento de indução da economia, isentamos as microempresas, desoneramos os insumos agrícolas, reduzimos a tributação sobre a cesta básica, rebaixamos as alíquotas nas operações de compras da indústria. Por outro lado, descartamos totalmente os privilégios inaceitáveis como a anistia fiscal, os subsídios e vantagens indevidas mantendo e aperfeiçoando a estrutura fiscal para o combate à sonegação.

Desta forma, os paranaenses sofrem, sim, com a crise, mas aqui ela se manifesta de forma mais amena, atenuada pelas medidas adotadas.

Nossas finanças estão equilibradas. A dívida do Estado está bem composta, permitindo uma atuação do Governo em áreas fundamentais para o desenvolvimento. Criticamos veementemente o acordo político que resultou na rolagem da dívida dos Estados, porque, num movimento encabeçado por administradores que desperdiçaram recursos e levaram os tesouros estaduais ao limite máximo de sua capacidade de endividamento, esse acordo significou a premiação da incompetência e da irresponsabilidade.

Quanto aos gastos com pessoal, temos procurado obedecer rigorosamente à determinação constitucional e não ultrapassar 65% das receitas correntes. No entanto, existem distorções que precisam ser corrigidas, especialmente no tocante à equipa-

ração dos salários entre os três Poderes.

Oxalá os esforços que desenvolvemos aqui no Paraná sirvam, não apenas para garantir ao nosso Estado uma posição de liderança, tanto no crescimento econômico quanto na qualidade de vida do seu povo. Não nos sentimos bem sendo a exceção. Queremos que o que acontece aqui seja a regra para o nosso País.

Estaremos satisfeitos quando todos os paranaenses e também todos os brasileiros, puderem trilhar os caminhos novos da retomada do crescimento econômico; os caminhos da produção, do emprego e do bom salário; os caminhos da riqueza repartida e da renda distribuída com justiça; os caminhos da gestão pública honesta e competente. Este dia há de chegar. Estamos certos, se as lideranças políticas souberem honrar seu compromisso básico com a população, se os governantes souberem recuperar a própria capacidade de governar, neste dia o Paraná será mais feliz por ter dado os primeiros passos no caminho novo que há de inaugurar um amanhã mais justo e mais fraterno para todos os brasileiros".

Não poderia encerrar esta mensagem sem informar ao nosso Presidente e aos

Srs. Deputados, que fui autorizado pelo Ministro da Infra-Estrutura a anunciar que o Governo Federal honrará o compromisso assumido com o Paraná, através de um convênio já iniciado durante o Governo anterior, com a participação do Departamento de Estradas de Rodagem da duplicação da PR-376, que liga Curitiba a Joinville.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Esta Presidência quer agradecer a presença das autoridades presentes civis, militares, eclesiásticas, que nos deram a honra e a satisfação com suas presenças.

Convido a comissão anteriormente designada para acompanhar os Srs. Roberto Requião de Mello e Silva, o Sr. Desembargador Luiz Renato Pedroso e os demais para o Salão Nobre, onde receberão os cumprimentos.

Ouviremos a seguir o Hino do Paraná, após o que declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.